



A TEORIA FANONIANA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTÉTICA ANTIFASCISTA

Gilson da Silva Santos¹
Tulio Barbosa²
Carlos de Souza Novais³

RESUMO

Este trabalho consiste em um esforço teórico de resgate da Estética Geográfica como ferramenta pedagógica importante para o Ensino de Geografia na perspectiva Anticolonial e Antifascista, devidamente embasado na Teoria Fanoniana. O objetivo é apresentar uma Estética Anticolonial para o Ensino de Geografia que contemple com mais concretude e maior positividade a cotidianidade das alunas e alunos que vivem em condições periféricas e colonizadoras no Brasil. Para execução deste trabalho além de um resgate bibliográfico importante sobre o tema, deu-se a preferência por efetuar a crítica sobre a Estética ocidental a partir da Obra de Marcuse e Fanon. Desta forma, a pesquisa epistemologicamente centra-se na área de Ensino de Geografia seguindo a perspectiva histórico cultural de Vigotski, essa teoria ganha novos contornos a partir da Teoria Anticolonial que está sendo desenvolvida pelo *Grupo de Pesquisa Geografia Anticolonial* (UFU)⁴, que acrescenta na questão da “práxis” marxista, a Práxis Anticolonial. O resultado foi a elaboração dos primeiros fundamentos pedagógicos estéticos sobre a Estética Anticolonial para o Ensino de Geografia no Brasil.

Palavras-chave: Estética antifascista, Ensino de Geografia, Teoria Fanoniana.

ABSTRACT

This article consists in a theoretical effort in replacement of Geographic Aesthetics as a pedagogical tool important for the teaching of geography in perspective Anticolonial and antifascist, properly grounded in the Fanonian Theory. The objective is to present an Anticolonial Aesthetics for the teaching of geography that contemplate com mais concretude and greater positivity the everyday of the students who live in peripheral conditions and colonizers in Brazil. To execute this article in addition to an important bibliographic review on the subject, the preference was given for carrying out the critique of Western Aesthetics from the Work of Marcuse and Fanon. Thus, epistemological research focuses in the field of Geography Teaching following Vygotsky's historical and cultural perspective this theory takes on new contours from the Anticolonial Theory which is being developed by *Grupo de Pesquisa Geografia Anticolonial* (UFU), which adds to the question of Marxist “praxis”, the Anticolonial Praxis. The result was the elaboration of the first aesthetic pedagogical foundations on Anticolonial Aesthetics for Teaching Geography in Brazil.

Keywords: Antifascist Aesthetics, Teaching Geography, Fanonian Theory.

¹ Doutorando pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, bolsista CAPES, gilsongeografia@hotmail.com

² Docente do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, tuliobarbosa@ufu.br;

³ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, udicarlos@hotmail.com;

⁴ <https://www.anticolonialismo.org/>



INTRODUÇÃO

A questão da Estética como ferramenta de Ensino para ser pensada na Geografia, traz para discussão essa prática estetizante que se dá em várias dimensões de uma formação socioespacial, mas que de maneira concreta acontece mais na esfera do ensino e da cultura dominante, sempre pensada e praticada na história da humanidade desde o pensamento filosófico antigo, explícita ou implicitamente. Contudo com o advento da sociedade industrial e principalmente a partir desse domínio “total” do imperialismo financeiro, a Estética e a Ideologia como forma de dominação e colonização vem sendo cada vez mais utilizadas para ocultar a exploração do trabalho e imobilizar a ação dos povos colonizados.

Nesse sentido, a Teoria Anticolonial fundamentada a partir da teoria fanoniana e de textos anticoloniais, buscará neste trabalho contribuir com um pequeno acréscimo ao processo de renovação da Geografia Crítica após os anos de 1970, trazendo para o debate a perspectiva da Estética Anticolonial que teve como sua história uma Geografia de luta que busca intervir na realidade das mulheres e homens colonizados e imobilizados nas periferias do mundo capitalista.

A proposta é construir uma Estética Antirracista, Antimisógina e Antifascista. Objetivamos nesta perspectiva atingir alunas e alunos nas escolas a despertarem o sentimento descolonizador no sentido de projetarem transformações socioespaciais para um outro tipo de humanidade. Visto que este projeto imposto durante séculos não trouxe o fim da escravidão na sua totalidade, também do racismo e do patriarcado como forma de dominação e exploração social. Esse movimento se justifica pela dificuldade de se construir bases anticoloniais na Geografia do Brasil desde o seu movimento de renovação marcado por intensos debates a partir da década de 1970. Essa dificuldade se reflete consequentemente no Ensino de Geografia e tem suas bases edificadas nos ditames dos países imperialistas e nas suas organizações mundiais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e grandes corporações. (SILVA, 2004 e MOREIRA, 2006)

Essa temática é muito importante para a nossa Geografia, por três fatores fundamentais. Primeiro: o racismo e o patriarcado são parte estruturante do capitalismo. Segundo: mais de 50% da população brasileira pode ser considerada negra somada ainda as populações de várias etnias dos povos originários que permanecem a margem da



sociedade colonizada. Terceiro: a teoria anticolonial é capaz de fornecer uma ferramenta pedagógica adequada para lidar com a realidade colonizadora do povo latino-americano.

Todos os três pontos estão vinculados diretamente a uma concepção revolucionária, visto que a Geografia Crítica nunca buscou um projeto para além dos cânones da academia burguesa. Assim, a luta de classes é o ponto central ao mesmo tempo em que o racismo precisa ser denunciado como a base da exploração capitalista.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu no levantamento dos principais teóricos do movimento de descolonização da África e um resgate bibliográfico sobre a cultura afirmativa, contra-cultura e cultura marginal, destacando como a “cultura” a partir de Vigotski (1986) e Fanon (1968), aparecem como ferramentas importantes para forjar a consciência e a personalidade de um povo. Para análise e construção da Estética Anticolonial, baseamos nas pesquisas sobre a Teoria Anticolonial que está sendo construída pelo *Grupo de Pesquisa Geografia Anticolonial* da Universidade Federal de Uberlândia.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ciência nos termos modernos passa por uma quebra de paradigma a partir de meados do século XX, inserindo na seara dos debates a discussão de teorias progressistas como Decolonialidade, Pós-Colonialismo, Pós-modernidade e Pós-estruturalismo. Essas teorias dentro do campo da subjetividade buscaram de várias maneiras introduzirem uma outra estética para os povos colonizados e poucas delas procuraram criar formas de atuação na realidade imediata. Nenhuma delas trouxeram um projeto revolucionário para o Brasil, já que abandonaram a luta de classes como método de interpretação da realidade e procuraram centrar suas análises em questões relacionadas ao subjetivismo identitários e as cotidianidades individualizadas e relativizadas.

O Ensino de Geografia no Brasil, assim como as outras estruturas superestruturais, seguem os ditames de uma cultura ocidentalizada voltada para a produção e reprodução da vida material e imaterial do capitalismo. Portanto, na perspectiva da teoria anticolonial, uma “cultura afirmativa” branca, alienante, racista e colonizadora, que inibe os alunos e alunas, negros e negras, de se sentirem representados e representadas por essa Geografia



colonizadora nas escolas e nas universidades. Assim, é fundamental entendermos que a Geografia brasileira tem sua origem e continuidade no projeto de colonização europeia representada pela Geografia Francesa influenciadora direta da Geografia Crítica e, posteriormente, pela Geografia Teórica-Quantitativa.

Segundo Marcuse (1997) a expressão máxima da *cultura afirmativa* se dá com a junção da ideologia burguesa com as técnicas desenvolvidas pela sociedade industrial, sua produção em massa objetiva a construção de uma sociedade *unidimensional*. A partir da produção em massa o objetivo principal da *cultura afirmativa* é tratar da alma (personalidades “individuais”) na esfera do individualismo, separando os problemas corpóreos dos problemas metafísicos. Resulta que, a alienação do ser humano faz com que a fruição da felicidade e da liberdade sejam projetadas metafisicamente para o passado e futuro, e os momentos brevíssimos de felicidades no presente se restringem exclusivamente a esfera do consumo de mercadorias, privilégio de uma pequena parte da população de uma sociedade industrial capitalista.

Tendo em vista essa conjuntura de uma sociedade do geometrismo e o abandono da luta de classes como dialética revolucionária, os primeiros passos de um movimento crítico anticolonial na Geografia, começa com a criação da revista *Cosmos* em 2003, (Presidente Prudente). Naquele momento Barbosa e Azevedo (2003; 2004), começavam delinear os primeiros traços de uma “Geografia livre” e uma “Geografia do intervir”, mas somente com a inserção de textos anticoloniais como Fanon (1968), Césaire (1977) e Dussel (1982), que hoje podemos caracterizar os primeiros argumentos teóricos a favor de uma Geografia Anticolonial.

No sentido epistemológico e metodológico concentramos a nossa discussão em dois fatores fundamentais que diferencia a Estética Anticolonial das formas dominantes de se conceber a Estética na Geografia: a Estética deve levar em consideração a questão do imperialismo racial e sexista dominante nas sociedades ocidentais e, em segundo momento, oferecer uma proposta de trabalhar com a Estética Anticolonial nos termos da teoria fanoniana, objetivando assim a construção de uma imagem positiva das formas de lutas e resistências dos povos colonizados, ao mesmo tempo em que se apreende sobre o caráter da cultura dominante e da realidade socioespacial desses povos. A construção de uma *Estética da Práxis Anticolonial*, contrária aos objetivos da *cultura afirmativa* nos coloca em consórcio com Marcuse (1997), uma vez que o mesmo busca identificar as mazelas dessa cultura afirmativa na sociedade de classes. Deste modo, a Estética



Anticolonial é compreendida como ferramenta de incentivo a transformação de espacialidades cotidianas das nossas alunas e alunos e na comunidade escolar no Brasil. Assim, a Estética Anticolonial tem como finalidade colocar a ideia de belo e feio, bom e mau, em uma única direção e com isso despertar a vontade crítica e revolucionária dos povos colonizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Importância da Estética Anticolonial para o Ensino de Geografia

A Estética como ferramenta pedagógica tem a importância de despertar os sentimentos das alunas e alunos na sala de aula para resolução de problemas levantados pelas professoras e professores. Também a questão do sentimento torna-se um tema importante no processo de ensino aprendizagem já que a educação colonizadora busca sempre inferiorizar os povos colonizados. Os estímulos que se dão no âmbito espacial são constituídos de uma construção estrutural e simbólica desse espaço, essas relações inter e extraespaciais direcionam o desenvolvimento das personalidades pessoais de um grupo e de um povo. Ou seja, o espaço periférico do colonizado carregado permanentemente pelo poder do racismo e do machismo conduz a uma direção colonizadora das personalidades envolvidas nesse espaço, enquanto o espaço do colonizador tem o sentido de dominação e destruição da humanidade do outro, através do processo violento de exploração da força de trabalho. A Estética Anticolonial faz-se necessária como um estímulo positivo para reverter esse estigma colonizador, despertando por partes dos povos colonizados as suas vontades de transformação socioespacial.

Na perspectiva histórico-cultural proposta por Vigotski (1986; 2010) a história e a “cultura” e as organizações coletivas exercem uma grande influência nas personalidades individuais dos sujeitos, essa influência se dá pelas necessidades histórico-biológicas e sentimentais. A experiência dialética com as espacialidades dominantes em um país periférico como o Brasil, produz no cotidiano das nossas alunas e alunos uma Estética da Colonizada e Colonizado, como demonstrou Memmi (2007) em: *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*.

A Estética está ligada nesse sentido ao estudo das percepções sentimentais das pessoas, ela sempre se manifestou historicamente no campo cultural como uma



ferramenta de dominação, já que a pré-história da humanidade como sintetiza Marx e Engels (1998), sempre foi a história da luta de classes entre dominador e dominado. Nesse sentido, segundo Marcuse (1997), a Estética inserida na *cultura afirmativa* como valores da alma está sempre em contraposição a realidade fatídica (realidade do opressor e do oprimido), no sentido de transferir a felicidade e a liberdade para o campo da religião, filosofia e da arte, sendo esta última a mais próxima da realidade, caberia a arte um grande papel de acalantar a alma em seus infortúnios mundanos.

A palavra alma fornece aos homens superiores um sentimento de sua existência interior, distinto de todo real e acontecido, um sentimento bem determinado das possibilidades mais secretas e íntimas de sua vida, seu destino, sua história. Na linguagem de todas as culturas, desde as mais remotas, ela constitui um símbolo em que se engloba o que não é mundo”⁵. E nessa qualidade – negativa – ela se torna, assim, a única ainda imaculada garantia dos ideais burgueses. A alma glorifica a resignação. Superando todas as diferenças naturais e sociais, o que importa afinal é o homem, particular, insubstituível; entre os homens deve existir verdade, bondade e justiça; todas as fragilidades humanas devem ser expiadas pelo puro humanitarismo: um ideal assim, numa sociedade determinada pela lei do valor da economia, só pode ser representado pela alma e como acontecimento anímico. Somente da alma pura pode partir a salvação. Todo o resto é desumano, desprovido de crédito. (MARCUSE, (1997), p.108)

Embora a Estética interfira na “alma”, como ferramenta pedagógica da *cultura afirmativa*, ela também pode ser usada para despertar a vontade de inserção no processo ensino-aprendizagem direcionando-a para à vontade de transformação revolucionária. Mas é preciso levar em consideração esse caráter colonizador da Estética na contemporaneidade, tendo em vista que o padrão estético de nossa sociedade tem como fundamento principal a dominação sexista branca.

A linguagem e a Estética construída nessas inter-relações de uma sociedade colonizadora e imperialista, constitui uma barreira para o ensino aprendizagem para jovens negros e negras no Brasil. Os livros didáticos são carregados de um Estética racista e sexista, mesmo de forma involuntária. Essas características ocidentais aparecem de forma camuflada na ideia de desenvolvimentismo e globalização. Estes dois conceitos trazem uma ideia natural de civilização e Estética civilizada, tudo que não se encaixa

⁵ Entre as aspas, citação direta de O. Spengler (*Der untergang des abendlandes [o acaso do ocidente]*, vol. I, 23a. – 32a. ed., Munique, 1920, pp. 43 ss.), aparece como referência na nota 27, nas páginas 132 e 133.



nesse padrão é primitivo, selvagem e feio, restando ao mundo do “não-ser” apenas duas opções, a servidão ou a morte.

Se existe uma alma ocidental, germânica, fáustica, a ela corresponderia também uma cultura ocidental, germânica, fáustica, de modo que a sociedade feudal, capitalista, socialista seriam apenas manifestações de tais almas, e suas duras contradições se dissolveriam na bela e profunda unidade da cultura. (MARCUSE, 1997, p.112)

A idealização da globalização incorporada na “alma” como ferramenta de amortizar uma desigualdade social cada vez mais violenta, encontra no terreno do desenvolvimentismo e do neoliberalismo a sua mais pura expressão do racismo.

As sociedades desenvolvidas como na “cultura germânica”, significa um tribalismo ariano e superior, que pelas suas características “nobres”, ou seja, pela sua brancura, tem o direito de explorar e matar todos que não fazem parte da “alma” germânica. As ideias racistas do nazismo e do fascismo ainda prevalecem na nossa sociedade escravocrata brasileira e a Estética Anticolonial busca consolidar uma visão de mundo, de fato, destruidora da ordem dominante. A Geografia Crítica nunca buscou a destruição do capitalismo, pois seu interesse sempre foi reformá-lo.

Podemos exemplificar essa ontologia da dominação imperialista a partir da obra de Lacoste (1975) em: *Geografia do Subdesenvolvimento*, que influenciou uma parte considerável da Geografia Crítica no Brasil, ele busca uma alternativa para os países periféricos saírem da sua zona de pobreza, mas acaba por reforçar a condição permanente de países colonizados pelas suas características de uma gigantesca população de pobres, pretas e pretos miseráveis. Ou seja, acabam por se encontrarem em uma situação impossível de se tornarem países “desenvolvidos”, já que não faz parte das suas condições estruturais, abandonarem suas pobrezas e suas “selvagerias”, que constitui uma marca essencial dos países “subdesenvolvidos”, sua produção infinita de pobres colonizados e colonizadas para um mundo de colonizador.

Nesta perspectiva crítica, sobre a questão da utopia do desenvolvimentismo Azevedo (1987), em *“Onda negra, medo branco”* tece duras críticas a Florestan Fernandes e Celso Furtado, o primeiro pelo preconceito, e o segundo pelo racismo. A autora chama atenção para uma escola de pensamento na USP (Universidade de São Paulo) que perpetuava duas formas de preconceito sobre a questão da inserção da mão-de-obra negra no Brasil (questão debatida desde o final do século XIX) a primeira



colocava o problema no passado escravocrata desse trabalho, a segunda na inaptidão para o desenvolvimentismo dessa trabalhadora e trabalhador vindos da África.

Celso Furtado chega mesmo a afirmar que a população submetida a este sistema escravista apresenta um baixo nível mental. E com isso pretende explicar a própria segregação sofrida por ela após a Abolição e mesmo o ritmo lento do desenvolvimento econômico nacional. (AZEVEDO, 1987, p.25)

Nesse sentido, demonstramos nossa preocupação em relação a Estética, porque os livros didáticos estão baseados numa perspectiva que pode ser lida como preconceituosa e racista sobre a história dos povos originários no Brasil e o povo negro oriundo do continente africano. Os livros didáticos tem essa característica maniqueísta, mundo desenvolvido é sinônimo de mundo branco, mundo subdesenvolvido é sinônimo de mundo preto. As alunas e alunos periféricos de nossa sociedade são estigmatizados desde a infância sobre as suas posições sociais dentro de uma sociedade em que a Estética de beleza branca ocidentalizada cria uma situação de inoperância as mulheres e homens não brancos, tornando a educação colonizadora uma ferramenta de dominação eficaz em excluir o povo colonizado de uma educação libertadora.

Essa dialética de operação da Estética é essencialmente geográfica, porque o racismo dividiu o mundo segundo Fanon (1968), em duas regiões muito distintas, o espaço de atuação do branco e o espaço de atuação da negra e do negro. A Geografia Anticolonial é nesse sentido uma Geografia dos povos colonizados para os povos colonizados, porque segundo Dussel (1982), para atingirmos a realidade do colonizado, é preciso partir do cotidiano da periferia e buscar a transformação da periferia em centro, mas não um centro de destruição e sim de construção.

A Estética Anticolonial para o Ensino de Geografia, tem como objetivo, seguindo a questão da “vontade” para Vigotski (1986) despertar esse olhar transformador das alunas e alunos, para revolucionar o espaço do cotidiano em que estão inseridos. Nesse sentido, a estética anticolonial tem em primeiro lugar a função de despertar a vontade para com o conhecimento da realidade dos povos colonizados, pois o desgosto pelo Ensino de Geografia, como é apontado por vários autores da área de ensino. Em segundo lugar, essa Estética posta de maneira positiva para os estudantes colonizados, ao falar da realidade desse aluno de forma revolucionária, ao trazer exemplos de lutas para melhorias



das condições de vida, do combate ao racismo. Essas alunas e alunos, se sentirão representados pela Geografia de luta, que traz a realidade de sua própria cotidianidade.

A necessidade de resgatar a importância da Estética Geográfica, é no sentido de que essa Estética, por mais que a Geografia tenha do ponto de vista científico “abandonado” essa questão. Todavia, ela continua presente na Geografia do racismo, do maniqueísmo e do regionalismo. Nessa lógica, o belo faz parte sempre do olhar do europeu colonizador, e o feio é sempre o “outro”. Para um Ensino de Geografia revolucionário é importante colocar em primeiro lugar a estética do colonizado. Esta Estética deve partir do próprio colonizado deixando de se apresentar como uma estética colonizadora para se transformar em uma Estética Descolonizadora.

Nesse sentido, o nosso referencial teórico a partir de Fanon (1968) nos fornece a partir da sua obra “Os condenados da terra” uma estética anticolonial bastante positiva, para entendermos a realidade do colonizado na África, e de forma revolucionária. Ao analisar as contradições entre as posições ideológicas do europeu e do pensamento do povo colonizado em luta. Fanon identifica toda a hipocrisia do pensamento liberal e da democracia liberal, colocando a questão estética e ética da luta dos povos colonizados em outro patamar filosófico.

A perspectiva de Césaire (1977) e Fanon (1968) nos faz compreender que a realidade do colonizado, só pode ser desvendada pelos movimentos de lutas coletivas dos povos colonizados, pois somente nesse combate que a cultura ocidental liberal, mostra a sua verdadeira faceta. Segundo Césaire, (1977, p.19) existe uma espécie de “Hitler” em todo o humanismo europeu, ou seja, um fascismo que é parte estruturante do pensamento liberal, isso porque enquanto existir capitalismo existirá colônias/neocolônias, portanto, racismos, portanto fascismo/nazismo. E este, está sempre pronto para atacar qualquer movimento de libertação do povo colonizado, e usar toda a ferramenta ideológica e militar do imperialismo para eliminar o movimento de libertação.

A partir da obra fanoniana podemos pensar a Geografia não apenas pelas suas categorias clássicas, que engessam o pensamento geográfico, também pelo fenômeno da “violência” que perpassa toda a obra de Fanon (1968), pois é um fenômeno que no primeiro momento pode parecer catastrófico para os leitores desatentos a realidade do colonizado, mas que num segundo momento, e analisando a obra com mais profundidade, esse fenômeno aparece não como o fenômeno da violência pura e gratuita ou desastrosa por debilidade. A violência aparece como um fenômeno do conhecimento.



A questão principal deste trabalho foi entender: Em qual sentido algo tão brutal e permanentemente rechaçado pelo pensamento democrático liberal, pode se transformar em fenômeno dialético que aproxima o colonizado de sua realidade e ao mesmo tempo o lança direto na força de transformação de sua própria realidade?

Para responder essa questão apresentamos a experiência anticolonial de Mariguella (1994) “*Por que resisti à prisão?*” que foi considerado a principal liderança no movimento anticolonial contra a Ditadura Militar no Brasil e foi duramente perseguido, tanto pelo regime militar de Vargas quanto pela Ditadura Militar de 1964.

A conjuntura histórica no Brasil mostra como estivemos sempre ajoelhados aos ditames dos países imperialistas, no caso específico do Brasil principalmente aos Estados Unidos da América (EUA), e como essa submissão resultou sempre em uma enorme violência empreendida pelo “Estado brasileiro” as trabalhadoras e trabalhadores principalmente de origem africanas e indígenas. Mas para que esta violência fosse exposta de maneira educativa e revolucionária Mariguella (1994, p.18) como representante importante de uma classe de trabalhadores e trabalhadoras resiste e apresenta as razões de suas resistências e o papel da necessidade de pensar e construir uma anti-violência, ou seja, uma resposta contra toda forma de opressão. Esse trabalho é importante por fomentar a anti-opressão como anti-fascismo, ou seja, a Estética de Fanon (1968), nos coloca diante de uma questão fundamental que é a luta **contra a própria alienação espacial**.

A alienação é um grande obstáculo para tomarmos o espaço geográfico como concreto, ao separar as trabalhadoras e trabalhadores de seus meios de subsistência, a classe dominante criou toda uma atmosfera de mistificação colonizadora para legitimarem o mundo do dominador e do dominado.

Mariguella (1994) e Fanon (1968) ao enfrentarem o regime violento do colonizador pulverizaram essa atmosfera colonizadora permitindo que as trabalhadoras e trabalhadores pudessem enxergar com mais propriedade a sua cotidianidade. Como resultado desta análise, chegamos à conclusão que somente a partir desta estética de lutas e resistências dos povos colonizados, a Geografia pode contribuir de forma revolucionária para instigar alunas e alunos no Brasil a tomarem como proposições mudanças revolucionárias no seu espaço vivido e assim constituir um espaço evidentemente democrático, plural e livre.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Unindo estes dois princípios delineados por Barbosa e Azevedo (2003;2004), “liberdade e intervenção”, para a construção de um Ensino de Geografia revolucionário, há um consenso que todos temos o direito de ser livres. Conseqüentemente nas condições em que o colonizado se encontra para se libertar dessa condição, é necessário um processo de transformação dessa realidade opressora. Nesse sentido, é necessário segundo Fanon (1968) que, esse povo deva se organizar coletivamente e nacionalmente de maneira democrática, buscando um movimento de descolonização e a partir desse movimento possa construir um outro tipo de humanidade. Não racista, não homofóbica, não misógina, não desigual. Uma sociedade que prima por espaços revolucionários continuamente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Tulio; AZEVEDO, José Roberto N de. Além do horizonte da Geografia que se pensa e se faz: os paradigmas da Geografia do vir-a-ser. Presidente Prudente: **Cosmos**, v. 01, n.01, p. 07-09, 2003.

_____. A paisagem na Geografia livre: Fundamental para a educação. Presidente Prudente: **Cosmos**, v. 2, n.2, p. 03-06, 2004.

BARBOSA, Tulio. **O que é Geografia Anticolonial?** Uberlândia, 2017. (mimeo.).

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

DUSSEL, Enrique. D. **Filosofia da libertação na América Latina**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo/Piracicaba, SP: Loyola/Unimep, 1982. (Coleção Reflexão Latino-Americana, 3, I).

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. Trad. T Santos. São Paulo: ed. 4, DIFEL, 1975.

MARCUSE, Herbert. Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura. In: _____. **Cultura e Sociedade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.89-145.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, IEA-USP, vol. 12, nº 34 (Dossiê 150 anos do Manifesto Comunista) 1998.



7-46. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9068> Manifesto comunista> Acesso em 22/02/21.

MARIGUELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: ed. 2. Editora Brasiliense, 1994. Disponível em: <http://dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_carlos_marighella_por_que_resisti_a_priso_o.pdf> Acesso em: 21/06/2021.

MATTOSO, Glauco, **O que é poesia marginal**. São Paulo: ed. 2. Editora Brasiliense, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

RIQUE DA SILVA, Lenyra. **Por que há Geometria no temário geográfico?**. In: Palestra proferida na semana de Humanidades da Universidade Estadual de Campina Grande. São Paulo: Contexto, 2004.

VIGOTSKII, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Pena Villalobos, 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 103-119.

_____. Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, Jul/00 (Traduzido do original russo, publicado no Boletim da Universidade de Moscou, Série 14, Psicologia, 1986. No. 1, por A. A. Puzirei e gentilmente cedido pela filha de Vigotski, G. L. Vigotskaia. Tradução: Alexandra Marenitch; assistente de tradução: Luís Carlos de Freitas; revisão técnica: Angel Pino.) Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>> Acesso em: 30/02/2021.